

Nada muda no Clube de Paris

REALI JUNIOR
Nosso correspondente

PARIS — O acordo provisório assinado na madrugada de sexta-feira entre o governo brasileiro e seus credores comerciais norte-americanos não terá nenhuma influência sobre as negociações futuras com o Clube de Paris. Essa é a opinião de alguns dos membros da secretaria do Clube, manifestada oficiosamente ontem na capital francesa. Eles admitem que esse acordo provisório tem aspectos positivos, pois corresponde à suspensão da moratória com os bancos privados, mas no caso do Clube, de créditos, públicos ou garantidos, a situação permanece inalterada, dependendo de um novo acordo de reescalonamento.

Essa possibilidade, por enquanto, é ainda remota, pois, segundo a secretaria do Clube a posição dos credores públicos continua a mesma: em princípio, uma renegociação só será possível após um acordo definitivo com os bancos comerciais e o aval do Fundo Monetário Internacional, obtido através da forma clássica, isto é, um empréstimo **stand by**. Essa condição o governo brasileiro continua rejeitando totalmente.

Na última negociação com os credores públicos, concluída em Paris, a secretaria do Clube havia infor-

mado que a exceção aberta em relação ao Brasil, de um acordo sem um empréstimo **stand by** do FMI, não se repetiria, e que o Brasil, nos próximos seis meses, deveria apresentar-se para reescalonar sua dívida nas condições normais. Na data dos novos vencimentos, o governo brasileiro preferiu estender a moratória para os credores do Clube de Paris, deixando-os profundamente irritados, o que explica a intransigência atual.

Na área dos bancos comerciais envolvidos com a dívida brasileira, esse acordo provisório nos EUA serve muito mais aos interesses de certos bancos norte-americanos, por causa das exigências da legislação do país e a possibilidade de desclassificação do Brasil que, sem ele, passaria a integrar a lista dos maus pagadores com todas suas consequências.

Mas esse não era o problema da maioria dos bancos europeus, evidentemente cobertos. Para certos banqueiros franceses, o acordo da madrugada passada reflete o interesse brasileiro em suspender a moratória, voltando a pagar os juros devidos, um aspecto que não pode ser desprezado. Mas, para eles, o mais importante será a negociação que tem prazo até o fim de 1988. Antes disso, dificilmente haverá um acordo global e isso não resolve os problemas